



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

# **CLIPPING**

# **3 de dezembro**

# **de 2021**

# HOMEM QUE MATOU A ESPOSA A FACADAS EM CODÓ É CONDENADO HÁ 12 ANOS DE CADEIA

*Walison Campos*

Na 3ª Vara de Codó, a sessão do Tribunal do Júri foi presidida pela juíza Flávia Barçante, titular da unidade judicial. O réu foi Francisco Pereira da Silva, acusado de ter matado Concilma Muniz, em 10 de junho de 2018. Francisco foi considerado culpado pelo conselho de sentença e recebeu a pena de 12 anos de reclusão.

Narra a denúncia, oferecida pelo **Ministério Público**, que na data citada, Francisco Pereira da Silva teria matado a vítima Concilma Muniz Sousa, a facadas. Diz que o denunciado, no Bar La Palhoça, no bairro São Pedro por volta das 9h da noite, teria desferido vários golpes de faca na mulher. No dia do fato, Concilma e Francisco teriam discutido por motivos de ciúme, oportunidade em que a vítima levantou-se da mesa em que estava sentada e dirigiu-se a direção de sua motocicleta, com intuito de ir embora.

No entanto, o denunciado a alcançou antes que esta chegasse a sua moto, e sacou uma faca, atingindo Concilma várias vezes. Relata o inquérito que Concilma já estava morta quando o SAMU chegou para socorrê-la. Por fim, conclui a denúncia que no dia do crime, Francisco teria feito várias ligações telefônicas para a vítima. Segundo depoimento de testemunhas, ele não aceitava o fim do relacionamento amoroso que tinha com Concilma.

De acordo com a investigação, a vítima e o denunciado se relacionavam há aproximadamente um ano, sendo a relação bastante conturbada. Conforme depoimentos, neste ano a vítima chegou a ficar internada por conta de uma agressão provocada pelo denunciado que fraturou um osso de sua face.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Categoria: Uncategorized

**Site:** <https://www.blogdowalison.com.br/homem-que-matou-a-esposa-a-facadas-em-codo-e-condenado-ha-12-anos-de-cadeia/>

# HOMEM QUE MATOU A ESPOSA A FACADAS EM CODÓ É CONDENADO HÁ 12 ANOS DE CADEIA

*Leandro de Sá*

Menu

Na 3ª Vara de Codó, a sessão do Tribunal do Júri foi presidida pela juíza Flávia Barçante, titular da unidade judicial. O réu foi Francisco Pereira da Silva, acusado de ter matado Concilma Muniz, em 10 de junho de 2018. Francisco foi considerado culpado pelo conselho de sentença e recebeu a pena de 12 anos de reclusão.

Narra a denúncia, oferecida pelo **Ministério Público**, que na data citada, Francisco Pereira da Silva teria matado a vítima Concilma Muniz Sousa, a facadas. Diz que o denunciado, no Bar La Palhoça, no bairro São Pedro por volta das 9h da noite, teria desferido vários golpes de faca na mulher. No dia do fato, Concilma e Francisco teriam discutido por motivos de ciúme, oportunidade em que a vítima levantou-se da mesa em que estava sentada e dirigiu-se a direção de sua motocicleta, com intuito de ir embora.

No entanto, o denunciado a alcançou antes que esta chegasse a sua moto, e sacou uma faca, atingindo Concilma várias vezes. Relata o inquérito que Concilma já estava morta quando o SAMU chegou para socorrê-la. Por fim, conclui a denúncia que no dia do crime, Francisco teria feito várias ligações telefônicas para a vítima. Segundo depoimento de testemunhas, ele não aceitava o fim do relacionamento amoroso que tinha com Concilma.

De acordo com a investigação, a vítima e o denunciado se relacionavam há aproximadamente um ano, sendo a relação bastante conturbada. Conforme depoimentos, neste ano a vítima chegou a ficar internada por conta de uma agressão provocada pelo denunciado que fraturou um osso de sua face.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

O seu endereço de e-mail não será publicado.  
Campos obrigatórios são marcados com \*

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Thema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

**Site:** <https://www.blogdodesa.com.br/homem-que-matou-a-esposa-a-facadas-em-codo-e-condenado-ha-12-anos-de-cadeia/>

# Filho acusado de matar pai e atear fogo no corpo da vítima será julgado no próximo dia

## 6

*Daniel Matos*

Será julgado no 4º Tribunal do Júri de São Luís, na próxima segunda-feira (6), Lucas Sousa Almeida, 23 anos, e Raimundo Wagner Mineiro, 40 anos, pela morte de João Bonifácio de Almeida, 75 anos, pai do acusado Lucas que na época era estudante de Direito de uma faculdade particular na capital, onde foi preso semanas depois do assassinato. O crime ocorreu na noite do dia 26 de março de 2018, na casa da vítima, localizada em um sítio, na Vila Tiradentes, área da Vila Maranhão. Após matarem o idoso a golpes de faca, os réus enrolaram o corpo em uma rede e atearam fogo para simular um incêndio.

Os réus foram denunciados pelo **Ministério Público** por homicídio triplamente qualificado por motivo fútil, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima. Os acusados permanecem presos. O júri estava marcado para ocorrer no dia 22 de setembro de 2021, mas o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, adiou para esta segunda-feira (6), a pedido do **Ministério Público** e dos advogados assistentes da acusação, devido ao não comparecimento de uma testemunha arrolada em caráter de imprescindibilidade.

O julgamento desta segunda-feira (6), que está marcado para começar às 8h30, no salão localizado no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), será presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Na acusação atuará o **promotor de Justiça**, Samaroni Maia. Nas quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís serão julgados neste mês de dezembro, até o dia 17, último dia de atividades antes do recesso forense, 42 acusados de homicídio e tentativa de homicídio.

### Disputa por bens

Consta nos autos que a vítima era caminhoneiro autônomo; que conheceu a Ivonete de Sousa Silva em um posto de gasolina e conviveram por cerca de cinco anos e dessa união nasceu Lucas Sousa Almeida. A vítima estava em litígio com a ex-companheira pelos bens que consistiam em uma casa, um caminhão e um automóvel.

Em seu depoimento em juízo, Lucas Sousa Almeida disse que estava no local quando o crime aconteceu, mas negou ter assassinado o pai e apontou Raimundo Wagner Mineiro como autor do crime. Afirmou, ainda, que alugou um carro com o intuito de ir a uma formatura no dia seguinte e não para usar no assassinato do próprio pai; e que a motivação do crime seria a disputa entre seus pais por um imóvel.

O estudante universitário contou que na noite do crime foi com a mãe e o outro acusado até o sítio onde o pai morava; que ele e Ivonete de Sousa Silva estavam conversando com João Bonifácio de Almeida quando Raimundo Wagner Mineiro, que ficara esperando no carro do lado de fora da residência, entrou no imóvel e começou a esfaquear a vítima. Afirmou, ainda, que em estado de choque saiu sozinho do local no automóvel que alugara. Também falou que não denunciou Raimundo Wagner porque ele denunciaria a sua mãe; que por medo da genitora ser presa, Lucas disse que assumiu a autoria do crime.

Ainda no depoimento na Justiça, Lucas Almeida acusou sua mãe e Raimundo Wagner de planejarem o assassinato da vítima. Já perante a autoridade policial, conforme consta nos autos, o estudante universitário disse que após discutir com o pai e alegando legítima defesa desferiu uma facada no peito da vítima; arrastou o corpo para o quarto; jogou gasolina sobre o colchão, ateando fogo; saiu do imóvel e só retornou no dia que o corpo foi encontrado. Lucas Sousa Almeida apresentou várias versões para o crime.

### Suposto álibi

Ao ser interrogado durante a audiência de instrução, na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, o denunciado Raimundo Wagner Mineiro negou que tenha assassinado João Bonifácio de Almeida e afirmou que estava em casa quando o crime ocorreu.

Devido à pandemia da COVID-19 está restrito o acesso aos salões de julgamento, durante as sessões de júri popular, sendo priorizada a entrada de testemunhas processuais, familiares de vítimas e acusados, jurados, promotores de Justiça, defensores

públicos e advogados das partes. O uso permanente de máscaras é obrigatório para todos.

Fonte: Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA)

**Site:**

***<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2021/12/03/fi-lho-acusado-de-matar-pai-e-atear-fogo-no-corpo-da-vitima-sera-julgado-no-proximo-dia-6/>***

# AÇAILÂNDIA / ITINGA DO MARANHÃO - MPMA participa de elaboração de Planos Municipais da Primeira Infância

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) participou dos eventos realizados, nesta terça, 30 de novembro, e quarta-feira, 1º de dezembro, para discutir e aprovar os Planos Municipais da Primeira Infância de Açailândia e Itinga do Maranhão.

Nos dois municípios, os PMPs foram elaborados somente após provocação do **MPMA**, por meio de Procedimentos Administrativos (PADs) instaurados em abril.

Em Açailândia, o documento foi debatido durante encontro ocorrido na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na cidade de Itinga do Maranhão, o plano foi discutido durante o I Seminário do Plano Municipal pela Primeira Infância, realizado no Centro Administrativo.

Esteve presente nos dois eventos o **promotor de justiça** Tiago Quintanilha Nogueira, titular da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Açailândia, e que responde, temporariamente, pela Promotoria de Justiça de Itinga do Maranhão.

## ARTICULAÇÃO

Previsto no Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal n. 13.257/2016), o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPi) objetiva articular setores das administrações municipais para estabelecer metas e complementar ações. Também visa a garantir prioridade absoluta dos direitos das crianças.

O documento é construído com participação das diferentes secretarias e órgãos públicos da administração municipal, Poderes Legislativo e Judiciário, além da sociedade civil.

"O instrumento contempla escuta e participação das crianças e é constituído por diagnósticos de situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município, além de uma lista de ações das diferentes secretarias para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos, e metas que

permitam avaliar as políticas planejadas e em curso", explica o representante do **MPMA**.

## HISTÓRICO

O PMPi tem como referência central o Plano Nacional pela Primeira Infância, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, em 2010. O documento traça diretrizes gerais para o governo e a sociedade civil na defesa, promoção e realização dos direitos das crianças de até seis anos de idade, com marco final em 2022.

Tem como princípios prioridade absoluta dos direitos da criança, respeito e integralidade desta, como sujeito e indivíduo. Estabelece, ainda, respeito às diversidades étnicas, culturais e geográficas, inclusão, integração das visões científica e humanista, além da articulação entre entes federados, governos, setores da administração pública e sociedade civil.

"Desde que o Marco Legal da Primeira Infância foi sancionado em 2016, caminhamos para aproximadamente 500 planos municipais no Brasil, entre aprovados e em trâmite. Mas nosso país é composto por 5.570 cidades e cada uma delas tem crianças com direitos a serem atendidos", relata o **promotor de justiça**.

Após a aprovação de projeto de lei específico pelo Poder Executivo, o plano é encaminhado ao Poder Legislativo para análise, aperfeiçoamento e aprovação.

**Site:** <https://omaranhense.com/acailandia-itinga-do-maranhao-mpma-participa-de-elaboracao-de-planos-municipais-da-primeira-infancia/>

# Integrantes do Conselho Superior foram empossados

Em solenidade realizada na manhã desta quinta-feira, 2, de forma híbrida (presencial e virtual), os novos membros do Conselho Superior e a ouvidora do **Ministério Público** do Maranhão foram empossados para o biênio 2021-2023. A posse foi efetivada em sessão solene do **Colégio de Procuradores** de Justiça, em São Luís.

Ao deixar o cargo de ouvidora, a procuradora de justiça Maria Luiza Ribeiro Martins destacou que a expectativa dela era entregar a quem a sucedesse uma Ouvidoria com mais produção, eficiência, celeridade e transparência, pautada por uma atuação voltada a uma perspectiva de inclusão.

"Enfrentamos a maior crise sanitária dos últimos tempos e demais intempéries, com enorme senso de compromisso e responsabilidade social, traçando novos planejamentos e estratégias para que fosse garantida ao cidadão a mesma excelência dos serviços. A Ouvidoria funcionou, pois, de forma plena e efetiva durante todo o período pandêmico, assegurando e garantindo a interlocução entre o cidadão e a instituição", avaliou Maria Luiza Martins.

A cerimônia teve seguimento dos atos protocolares com a leitura do termo de posse do Conselho Superior e Ouvidoria pela procuradora de justiça Selene Coelho de Lacerda.

Em seguida, os conselheiros titulares Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, Regina Maria da Costa Leite, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Mariléa Campos dos Santos Costa, Lize de Maria Brandão de Sá Costa e os conselheiros suplentes Francisco das Chagas Barros de Sousa, Domingas de Jesus Fróz Gomes, Carlos Jorge Avelar Silva e Marco Antônio Anchieta Guerreiro assinaram o termo de posse.

A procuradora de justiça Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf igualmente assinou o termo de posse na cerimônia.

O presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara França Júnior, enfatizou que o **MPMA** se adaptou às novas demandas sociais no período da pandemia com o uso da tecnologia, a exemplo do maior número de demandas registradas na Ouvidoria.

"Cumprimento os membros do Conselho Superior, destaco o diálogo e a troca de ideias com a Dra. Maria Luiza e desejo êxito a Dra. Sandra Elouf".

Na avaliação da nova ouvidora, a procuradora de justiça Sandra Elouf, o objetivo de sua gestão é dar continuidade e garantir o trabalho de excelência que vem sendo conduzido ao longo desses anos pelos ouvidores, que imprimiram sua marca de trabalho e dando visibilidade ao órgão.

"É meu desejo manter e aprimorar a garantia de um espaço social, democrático e de justiça, para todos. Desde a sua criação, a Ouvidoria tem trabalhado para que o cidadão maranhense disponha de um ambiente qualificado de acolhimento que garanta o exercício pleno de sua cidadania", afirmou a ouvidora.

A procuradora de justiça Lize de Maria Brandão de Sá Costa discursou em nome dos conselheiros empossados e destacou que esta é a primeira vez que integra o Conselho Superior. "Agradeço os votos de confiança, resultado de um histórico de trabalho, sobriedade e compromisso".

Ao final da solenidade, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, saudou todos os integrantes do Conselho Superior, bem como a gestão da procuradora de justiça Maria Luiza Martins.

Ele igualmente desejou boa sorte à nova ouvidora. "Dra.

Sandra, conte comigo, com o apoio da administração superior".

Nicolau ressaltou a necessidade de uma atuação conjunta em prol dos cidadãos e para aperfeiçoar o trabalho do **Ministério Público**.

"Parabenizo os novos conselheiros.

Estamos trabalhando para assegurar uma administração serena, tranquila e equilibrada. Todos unidos podemos fazer um **Ministério Público** mais forte".

(CCOM-**MPMA**)

**Site:**

**<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/9n0D>**

**BDe=ELXHExLAnzTbBPTONLn664e7nyYJDL**



# Filho acusado de matar pai e atear fogo no corpo da vítima será julgado nesta segunda (6)

Será julgado no 4o Tribunal do Júri de São Luís, nesta segunda-feira (6), Lucas Sousa Almeida. 23 anos, e Raimundo Wagner Mineiro. 40 anos. pela morte de João Bonifácio de Almeida. 75 anos. pai do acusado Lucas que na época era estudante de Direito de uma faculdade particular na capital, onde foi preso semanas depois do assassinato. O crime ocorreu na noite do dia 26 de março de 2018. na casa da vítima, localizada em um sítio, na Vila Tiradentes. área da Vila Maranhão. Após matarem o idoso a golpes de faca. os réus enrolaram o corpo em uma rede e atearam fogo para simular um incêndio.

Os réus foram denunciados pelo **Ministério Público** por homicídio triplamente qualificado por motivo fútil, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima. Os acusados permanecem presos. O júri estava marcado para ocorrer no dia 22 de setembro de 2021, mas o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular da 4a Vara do Tribunal do Júri, adiou para esta segunda-feira (6). a pedido do **Ministério Público** e dos advogados assistentes da acusação, devido ao não comparecimento de uma testemunha arrolada em caráter de imprescindibilidade.

O julgamento desta segunda-feira (6), que está marcado para começar às 8h30. no salão localizado no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), será presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Na acusação atuará o **promotor de Justiça**. Samaroni Maia. Nas quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís serão julgados neste mês de dezembro, até o dia 17. último dia de atividades antes do recesso forense. 42 acusados de homicídio e tentativa de homicídio.

Consta nos autos que a vítima era caminhoneiro autônomo: que conheceu a Ivonete de Sousa Silva em um posto de gasolina e conviveram por cerca de cinco anos e dessa união nasceu Lucas Sousa Almeida. A vítima estava em litígio com a ex-companheira pelos bens que consistiam em uma casa, um caminhão e um automóvel.

Em seu depoimento em juízo, Lucas Sousa Almeida disse que estava no local quando o crime aconteceu, mas negou ter assassinado o pai e apontou Raimundo

Wagner Mineiro como autor do crime. Afirmou, ainda, que alugou um carro com o intuito de ir a uma formatura no dia seguinte e não para usar no assassinato do próprio pai; e que a motivação do crime seria a disputa entre seus pais por um imóvel.

O estudante universitário contou que na noite do crime foi com a mãe e o outro acusado até o sítio onde o pai morava; que ele e Ivonete de Sousa Silva estavam conversando com João Bonifácio de Almeida quando Raimundo Wagner Mineiro, que ficara esperando no carro do lado de fora da residência. entrou no imóvel e começou a esfaquear a vítima. Afirmou, ainda, que em estado de choque saiu sozinho do local no automóvel que alugara. Também falou que não denunciou Raimundo Wagner porque ele denunciaria a sua mãe; que por medo da genitora ser presa. Lucas disse que assumiu a autoria do crime.

Ainda no depoimento na Justiça. Lucas Almeida acusou sua mãe e Raimundo Wagner de planejarem o assassinato da vítima. Já perante a autoridade policial, conforme consta nos autos, o estudante universitário disse que após discutir com o pai e alegando legítima defesa desferiu uma facada no peito da vítima; arrastou o corpo para o quarto; jogou gasolina sobre o colchão, ateando fogo; saiu do imóvel e só retomou no dia que o corpo foi encontrado. Lucas Sousa Almeida apresentou várias versões para o crime.

Ao ser interrogado durante a audiência de instrução, na 4a Vara do Tribunal do Júri de São Luís, o denunciado Raimundo Wagner Mineiro negou que tenha assassinado João Bonifácio de Almeida e afirmou que estava em casa quando o crime ocorreu.

**Site:** <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/03122021>

# Homem que matou a companheira é condenado com 12 anos de prisão

**Alberto Barros**

Em 2018 o condenado chamado de Pitica matou a sua companheira com golpes de faca por motivos de ciúmes, o mesmo foi condenado com 12 anos de prisão, porém, a família da vítima entendeu que a pena foi muito branda, pois, o crime foi bárbaro e hediondo.

Após denúncia oferecida pelo **MPMA**, o condenado Francisco Pereira da Silva teria matado a vítima com golpes de faca, no dia do fato a vítima e o condenado teriam discutido no estabelecimento por motivos de ciúmes na oportunidade que a vítima se levantou da mesa no bar e dirigiu-se na direção de sua motocicleta, no entanto, o criminoso alcançou a vítima antes que ela chegasse em sua motocicleta e sacou uma faca a atingindo várias vezes, a vítima já estava morta quando o SAMU chegou para socorrer a ex namorada do acusado, o criminoso não aceitava o fim do relacionamento.

Tags: **MPMA**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/12/03/RDIOFCFM965C-ODMA-07.30.10-07.33.17-1638530331.mp3>**

# Mulheres vítimas de violência podem pedir medida protetiva online

*Mônica Ferreira*

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2021/12/03/RDIOTIMBIRAAM  
1290SOLUISMA-06.50.39-06.57.03-1638526083.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2021/12/03/RDIOTIMBIRAAM<br/>1290SOLUISMA-06.50.39-06.57.03-1638526083.mp3)**